

*crescer as remunerações*

*fim da precariedade*

*profissionais valorizados*

*condições dignas de aposentação*

*apoios à mobilidade dos docentes*

*rejuvenescimento dos profissionais de educação*

*investimento na educação*

*recuperação do tempo de serviço*

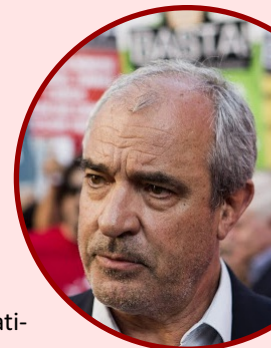
**POR POLÍTICAS DE  
FUTURO NA EDUCAÇÃO**

**EDITORIAL****P.3** FALTAM POLÍTICAS PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO**AÇÃO SINDICAL****P.4** FNE DESCONVOU GREVES DE 5 E 12 DE NOVEMBRO**P.5** FNE RESPONSABILIZOU MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PELA FALTA DE PROFESSORES**P.6** 39º ANIVERSÁRIO DA FNE SEMPRE A DEFENDER OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO**P.7** FNE PREPARA PROPOSTAS PARA OS PARTIDOS POLÍTICOS**P.8** FNE APRESENTOU NO MCTES PROPOSTAS SOBRE CONCURSOS E CARREIRAS NO ENSINO SUPERIOR**P.9** ACORDO ENTRE FNE E CNIS PELA VALORIZAÇÃO DE SALÁRIOS**P.10, P.11** TRIBUNAL DE CONTAS APONTA FRAGILIDADES NA EDUCAÇÃO**ENTREVISTA****P.12 À P.14** JORGE ASCENÇÃO, PRESIDENTE DA CONFAP: A PERSPETIVA COLABORATIVA É O MEU GRANDE LEGADO**NA MINHA OPINIÃO****P.15** É URGENTE MELHORAR CONDIÇÕES DE ATRATIVIDADE DOCENTE**NÃO DOCENTES****P.16** CARTAZ DIA NACIONAL DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE 2021**P.17, P.18** TRABALHADORES NÃO DOCENTES DEBATERAM O CAMINHO PARA A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**SAÚDE****P.19, P.20** PANDEMIA FAZ SUBIR RISCOS PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS COM O TRABALHO**LEGISLAÇÃO****P.21, P.22** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE OUTUBRO A 25 DE NOVEMBRO DE 2021**+VANTAGENS FNE****P.23** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**  
NOVEMBRO 2021**proprietário**  
Federação Nacional da Educação**diretor**  
João Dias da Silva**produção de conteúdos**  
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**  
Teresa Morais**sindicatos membros**

Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
 Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
 Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \*  
 Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*  
 Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*  
 Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*  
 Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \*  
 Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte \*  
 Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*  
 Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

**tesoureiro**  
Joaquim Fernandes**redação**  
Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*  
tel. 225 073 880 \*  
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques e Tiago Soares

# FALTAM POLÍTICAS PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO



Se a ação política do Governo na área da Educação foi desastrosa ao longo dos últimos anos, estes tempos que antecedem as eleições sublinham de uma forma ainda mais negativa a incompetência com que os problemas concretos da Educação foram tratados.

Vem isto a propósito da reação do Governo e particularmente do seu Ministro da Educação em relação a um relatório encomendado pelo próprio Ministério sobre as necessidades de docentes para os próximos anos e que concluiu o que toda a gente sabia, isto é, que com o ritmo a que os professores se vão aposentar nos próximos anos, não vai haver docentes em número suficiente e os que estamos a formar vão ser poucos para o que vai ser preciso. Com isto não significa que não reconheçamos o trabalho desenvolvido pela equipa responsável pelo estudo. O que lamentamos é que o Ministério da Educação tenha utilizado este expediente de encomendar um estudo para adiar a sua obrigação de enfrentar um problema que estava reconhecido e a carecer de respostas.

Espantoso, dirão muitos, é que o Ministério da Educação desprezasse todos os estudos que ao longo dos últimos anos várias entidades realizaram e as propostas que tantos, incluindo a FNE, lhe fizeram chegar.

Este Ministro da Educação é responsável pelo ensino básico e secundário há seis anos. Em seis anos, não só recusou o diálogo e a concertação, como ignorou os problemas e a necessidade de para eles propor soluções, acolher as propostas que lhe foram apresentadas e reconhecer, valorizar e motivar os profissionais que tutelou.

Vamos ter agora eleições legislativas e uma campanha eleitoral em que os partidos políticos vão anunciar as suas opções para o futuro.

É preciso ter consciência de que só teremos uma educação de qualidade se houver investimento que permita a valorização dos profissionais do setor.

É preciso fazer crescer as remunerações, é preciso acabar com a precariedade, é preciso que os professores possam concentrar-se no que é nuclear na sua profissão e que é o trabalho direto com os alunos, é preciso compatibilizar o tempo de trabalho com o tempo pessoal e familiar, é preciso o rejuvenescimento de todos os profissionais da área da Educação, é preciso garantir um acesso à aposentação em tempo adequado.

Para tudo isto a FNE tem propostas e vai apresentá-las aos Partidos Políticos antes da campanha eleitoral. Vamos querer conhecer as propostas e orientações que eles levam para a campanha e que compromissos assumem em relação à sua ação política futura.

Faltam políticas para resolver os problemas da Educação, e nós vamos exigir-las.

*João Dias da Silva*

João Dias da Silva  
Secretário-Geral da FNE

# FNE DESCONVOCOU GREVES DE 5 E 12 DE NOVEMBRO

O chumbo do Orçamento de Estado na generalidade pelo Parlamento a 27 de outubro e a possibilidade de dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República, fizeram cair as possibilidades negociais e de diálogo social com o Governo e por isso a FNE desmarcou a Greve Nacional de Docentes em funções públicas, representados pelos seus sindicatos, prevista para o dia 5 de novembro de 2021, assim como a Greve de 12 de novembro, marcada em articulação com a Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP).

A alteração do quadro político levou a esta decisão, mas os problemas mantêm-se e o compromisso da FNE com a luta por medidas urgentes que tornem a carreira atrativa e valorizada, pelo combate ao envelhecimento e promoção do rejuvenescimento de educadores e professores, tal como o desafio da plena dotação

das escolas com funcionários Não Docentes, dos diplomas de concursos, do crescimento do investimento em Educação, assim como pela recuperação do tempo de serviço dos docentes, não vai parar. Estes são fatores que reforçam a falta de atratividade do setor e são barreiras contínuas a uma Educação de Qualidade e Inclusiva, que garanta, efetivamente, oportunidades de sucesso para todos.

A FNE anunciou então esperar por uma melhor oportunidade política para que se retome a disponibilidade do Governo para o diálogo e para uma verdadeira negociação com a FNE sobre todos estes graves problemas dos trabalhadores da Educação portugueses.

Entretanto, o Presidente da República avançou mesmo com a dissolução do Parlamento e anunciou para 30 de janeiro de 2022 a data para as eleições legislativas.

## GREVES DE 5 E 12 NOVEMBRO

## DESCONVOCADAS





# FNE RESPONSABILIZOU MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PELA FALTA DE PROFESSORES

A FNE fez saber através de um comunicado enviado às redações que responsabilizava o Governo pela insuficiência de professores, no dia em que foi divulgado um estudo que apontava a necessidade de recrutar 34,5 mil docentes até 2030/2031 de forma a compensar as futuras aposentações de docentes.

No comunicado a FNE denunciou que "o Ministério da Educação recusa-se a assumir a responsabilidade de ter ignorado os problemas que afetam a dificuldade de garantir que haja docentes em número suficiente para garantir o normal funcionamento das nossas escolas e do sistema educativo", com esta acusação a surgir em resposta a um estudo da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, publicado a 17 de novembro e que referia que dos 120 mil docentes em funções no ano letivo 2018/2019, 39% deverá aposentar-se até 2030/2031.

Já relativamente ao número de alunos, este estima-se que deverá diminuir em 15%, concluindo-se que para assegurar que não há falta de professores nas escolas em 2030/2031, seria necessário formar 34.508 novos docentes até esse período, o que dá em média 3.451 anualmente.

Para a FNE, os números apresentados confirmam a crescente insuficiência de docentes, que já se

verifica atualmente e tem tradução na existência de turmas sem todos os professores, um problema para o qual contribuiu a política do atual Ministério: "A verdade é que este Ministro da Educação ignorou, ao longo dos últimos seis anos, os avisos que a FNE tem vindo sistematicamente a fazer", acrescentando ainda que, por outro lado, agravou as condições dos profissionais e que "foi este mesmo Ministro da Educação que baixou drasticamente a atratividade da profissão docente, que ignorou o cansaço acumulado de milhares de profissionais precários obrigados a correr o país para assegurar as aulas nas escolas, que originou a diminuição sistemática de alunos a escolher os cursos de formação de professores, que desprezou os milhares de docentes qualificados que abandonaram a profissão, desmotivados e insatisfeitos".

"A FNE não se limitou a denunciar o problema, como também apresentou propostas concretas para a sua solução, que foram desprezadas pelo Ministério da Educação, na constante recusa de qualquer momento de diálogo e de concertação", afirmando a fechar não aceitar que o Governo "queira agora transformar-se em vítima num processo em que é claramente o maior culpado do estado a que se chegou e da falta de ação e de capacidade estratégica para resolver os problemas que todos lhe apontavam".

**A FNE não se limitou a denunciar o problema, como também apresentou propostas concretas para a sua solução, que foram desprezadas pelo Ministério da Educação.**

# 39º ANIVERSÁRIO DA FNE SEMPRE A DEFENDER OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

A FNE celebrou, em 3 de novembro, 39 anos à frente da defesa dos educadores e professores portugueses, sendo a primeira federação nacional de sindicatos de professores constituída em Portugal, então em 1982 com a designação de Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP).

Nestas quatro décadas ao serviço da educação e dos seus trabalhadores, a federação assumiu em 1989 a designação de Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), altura em que aos seus sete sindicatos de docentes alargou a sua representatividade aos Trabalhadores Não Docentes, através da integração dos seus três sindicatos representativos. Em abril de 2010, e mantendo a mesma sigla FNE, a federação assumiu a denominação atual de Federação Nacional da Educação.

Ao longo destes 39 anos, a FNE esteve presente em múltiplos processos negociais com os sucessivos governos, em representação de Educadores, Professores, Formadores, e Trabalhadores Não Docentes dos ensinos básico, secundário e superior, dos Docentes do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) e também em nome dos docentes e trabalhadores que representa, ao nível do ensino privado, social e cooperativo.

Sob a égide do sindicalismo livre, democrático e responsável, a FNE constrói e apresenta propostas relativas às condições dignas de trabalho, no sentido da valorização e atratividade do ambiente e das condições de trabalho e do desenvolvimento das carreiras dos profissionais que representa.

Hoje, como há 39 anos, a FNE privilegia o Diálogo Social, baseado no respeito e igual legitimidade entre todos os parceiros, e encoraja a solidariedade e a cooperação mútuas, estimulando o diálogo e as boas relações entre todos os trabalhadores da área da Educação. Na sua mira está a plena defesa de uma escola pública de



qualidade, o sucesso escolar e uma Educação inclusiva ao longo da vida, capaz de gerar uma sociedade mais justa e mais resiliente, com o pleno respeito pela Natureza e pelo Planeta.

Esta tem sido e continuará a ser a chave do percurso sindical da FNE: empenhados no diálogo social e na concertação, como a melhor forma de promovermos a dignificação e a valorização social e profissional de todos os trabalhadores da Educação.

Nesta data especial, o Secretário-Geral, João Dias da Silva, deixou algumas palavras ao site e redes sociais da FNE, sobre a história passada da FNE, mas também sobre os compromissos do futuro pelos quais a FNE vai continuar a bater-se com os ideais que sempre defendemos. Reveja [aqui](#) a declaração.

**Criada em 3 de novembro de 1982, a FNE foi a primeira federação nacional de sindicatos de professores constituída em Portugal, com a designação de Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP).**

**1982-2021**  
Mesmo nos tempos  
difíceis sempre ao lado  
dos trabalhadores da  
Educação

# FNE PREPARA PROPOSTAS PARA OS PARTIDOS POLÍTICOS

Numa declaração ao site e redes sociais da FNE, o Secretário-Geral (SG), João Dias da Silva, afirmou que "a próxima dissolução da Assembleia da República e a marcação das eleições para 30 de janeiro de 2022 impõem uma resposta adequada da FNE".

Para o líder da FNE "a campanha eleitoral que dentro de pouco tempo se vai desenrolar vai impor que os Partidos Políticos assumam perante os cidadãos as suas propostas e os seus compromissos e nós estaremos atentos a essas propostas e a esses compromissos. "A nossa perspetiva, entretanto, é a de que devemos procurar exigir que, no que diz respeito à Educação e aos seus profissionais, os manifestos eleitorais sejam claros".

E é por esta razão que, a exemplo do que tem vindo a fazer por ocasião de todas as últimas campanhas eleitorais, a FNE vai apresentar aos Partidos Políticos os seus contributos e as suas propostas, no âmbito de um documento que temos vindo a designar como Roteiro para a Legislatura.

Proximamente, a FNE vai pedir reuniões aos diferentes Partidos Políticos, para lhes apresentar a nossa identificação de problemas e as nossas propostas que contribuam para a determinação de políticas que melhor sirvam para que no nosso sistema educativo nos sintamos como profissionais reconhecidos e valorizados.

"Temos consciência de que os problemas do dia a dia dos nossos profissionais parecem permanecer os mesmos ao longo dos últimos anos e que os governos não têm adotado as medidas adequadas à sua resolução", afirmou João Dias da Silva, acrescentando que "sabemos que os Governos se têm recusado a garantir aumentos salariais, que a progressão em carreira está em todas as circunstâncias condicionada por constrangimentos que a limitam ou a abrandam, que a precariedade atravessa todos os grupos profissionais, que os limites do tempo de trabalho são sistematicamente ultrapassados, que o acesso à aposentação é cada vez mais condicionado e demorado, que a conciliação do tempo de trabalho com a vida pessoal é cada vez

menos respeitada, que os jovens tardam a entrar no trabalho, que cada vez se tem de trabalhar mais tempo".

No entanto, para o SG da FNE fica também claro que "temos consciência de que o contexto político, social e económico se tem vindo a alterar. Sabemos que estamos envolvidos em complexos processos de mudanças tecnológicas e ambientais, para além de transformações significativas de ordem social, económica e de funcionamento do mercado laboral. É por isso que se torna essencial que as nossas propostas sobre a realidade dos problemas que afetam os profissionais que representamos, tenham em consideração o reconhecimento das complexas circunstâncias em que nos situamos".

E desta forma, ficou a garantia: "o que podemos dizer aos Trabalhadores da Educação dos sindicatos que constituem a FNE é que vamos intervir decididamente e rapidamente, junto dos Partidos Políticos, para que estes possam ter em linha de conta a realidade que marca as condições de trabalho na área da Educação e para que nos seus manifestos eleitorais apresentem respostas claras, em termos de compromissos que assumem em relação à ação política que vão desenvolver. A FNE, como sempre, está atenta e vigilante, mas também ativa na construção de respostas que promovam a valorização dos profissionais da Educação", finalizou.

**A FNE, como sempre, está atenta e vigilante, mas também ativa na construção de respostas que promovam a valorização dos profissionais da Educação.**



# FNE APRESENTOU NO MCTES PROPOSTAS SOBRE CONCURSOS E CARREIRAS NO ENSINO SUPERIOR

A FNE apresentou ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), as suas propostas para o Decreto-Lei que pretende aprovar alterações ao regime de concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica.

No documento mantêm-se genericamente as opções já assumidas no regime experimental lançado no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, no qual se estabeleceram as normas de execução orçamental para 2019, que foi estendido para 2020, mas ampliando-o agora também à promoção de investigadores, com o objetivo anunciado pelo MCTES de reforçar o acesso e a progressão contínua e estável a carreiras docentes e científicas.

A reunião de negociação entre a FNE e o MCTES decorreu no Salão Nobre do Palácio das Laranjeiras, em Lisboa, sendo a delegação da FNE composta pelo Secretário Executivo da FNE, José Luís Abrantes, e pelos Professores Fernando Serra, Vasco Cadavez e Isabel Martins. Para a FNE, o documento constitui um bom princípio, que tenta resolver o problema da mudança na progressão da carreira das Instituições de Ensino Superior (IES), mas sobre o qual mostrou estranheza pela inexistência de qualquer negociação anterior a esta reunião.

José Luís Abrantes, em declarações aos órgãos de comunicação social, manifestou-se satisfeito

com a proposta do Governo, apontando apenas algumas questões “muito específicas” que devem ser clarificadas. “A nossa avaliação é bastante positiva”, sublinhou o Secretário Executivo da FNE, afirmando que o regime permitirá simplificar o acesso aos concursos. E, assumindo que existe margem para melhorar, acrescentou: “Estamos muito otimistas com a abertura do Governo para acolher essas propostas”.

A FNE considerou ainda que este projeto de decreto-lei não resolverá o problema de competição pelos lugares disponíveis nas diferentes Instituições do Superior, algo que poderia ser minimizado pelo recurso a concursos internacionais.

Na opinião da FNE, esta legislação deveria ser acompanhada por um reforço no financiamento às Instituições de Ensino Superior – IES, porque na prática os concursos internacionais não irão ser abertos, uma vez que as instituições nacionais acabam por completar os seus quadros com apenas estes concursos internos.

Este foi um encontro positivo, com o MCTES a mostrar abertura para incluir as propostas da FNE no documento final, numa reunião em que mais uma vez a FNE reiterou a sua disponibilidade para a negociação com o Governo, nesta e em outras matérias, em defesa dos docentes do Ensino Superior.

**O documento constitui um bom princípio, que tenta resolver o problema da mudança na progressão da carreira das IES, mas sobre o qual a FNE mostrou estranheza pela inexistência de qualquer negociação.**







## Acordo entre FNE e CNIS publicado no BTE

# ACORDO ENTRE FNE E CNIS PELA VALORIZAÇÃO DE SALÁRIOS

O acordo assinado entre a Federação Nacional da Educação - FNE e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS, contendo a alteração salarial e outras, foi publicado em 15 de novembro de 2021, no Boletim do Trabalho e Emprego, nº 42.

Com este acordo a FNE e a CNIS conseguiram obter, uma vez mais, uma valorização dos salários em todas as carreiras dos educadores e professores e restantes trabalhadores, em funções nas instituições particulares de solidariedade social.

A FNE salienta um aspeto de grande importância neste processo negocial que se prende com uma clarificação da contagem de todo o tempo de serviço efetivo prestado, quer para efeitos de ingresso, quer de progressão dos educadores de infância e dos professores que exerceram funções docentes ou educativas na mesma instituição ou entidade empregadora, mas também o tempo de serviço prestado noutros estabelecimentos de ensino particular ou

público, desde que devidamente comprovado e classificado de bom, sem prejuízo do previsto nas Notas 1 a 4 do Anexo V do Contrato Coletivo de Trabalho.

Ficou ainda acordado entre as partes iniciar em 2022 um estudo para reestruturar as carreiras do pessoal docente procurando eliminar tabelas salariais relativas a categorias de educadores e professores que praticamente são inexistentes no sistema de ensino.

O presente acordo altera o CCT publicado no BTE n.º 44, de 29 de novembro de 2019, com as alterações publicadas no BTE n.º 43, de 22 de novembro de 2020.

A presente convenção regula as relações de trabalho entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), representadas pela CNIS, e os trabalhadores ao seu serviço, que a ela adiram, sendo aplicável em todo o território nacional, com exceção da Região Autónoma dos Açores.

**O presente acordo altera o CCT publicado no BTE n.º 44, de 29 de novembro de 2019, com as alterações publicadas no BTE n.º 43, de 22 de novembro de 2020.**

# TRIBUNAL DE CONTAS APONTA FRAGILIDADES NA EDUCAÇÃO

O Tribunal de Contas (TdC) divulgou em 29 de outubro um "relatório panorâmico", que reúne as principais fragilidades identificadas em oito auditorias realizadas entre 2019 e 2021 a políticas de educação, desde o ensino básico ao superior. No documento ficam alertas para fragilidades em várias políticas educativas do Estado, que estão a dificultar ou a bloquear a eficácia de medidas, suscetíveis de se perpetuarem no tempo.

O abandono escolar precoce foi um dos pontos analisado pelos auditores, assim como a situação dos jovens diplomados, o programa de gratuidade dos manuais escolares no ensino obrigatório, o modelo de financiamento do ensino superior, o ensino à distância e a digitalização nas escolas, durante a pandemia da COVID-19.

O relatório panorâmico categorizado de "Demografia e Educação" considera positivo o aumento da qualificação da população nas últimas décadas, mas os auditores detetaram problemas

no sistema, que reclamam medidas apropriadas. Em situações como o abandono escolar precoce, o TdC aponta a falta de "planos estratégicos e planos operacionais que integrem as medidas" e o facto de nem sempre existirem indicadores", ou existirem indicadores com "insuficiências e deficiências". O documento sublinha ainda que a taxa de abandono precoce no ensino obrigatório é direcionada apenas aos jovens entre os 18 e os 24 anos, deixando de fora a população entre os 6 e os 18 anos.

Relativamente à "taxa de retenção e desistência", o relatório fixa-se apenas nos alunos matriculados num determinado ano letivo, não fornecendo informações sobre o percurso dos alunos, como por exemplo perceber se existe um absentismo repetido ou se ele é intermitente. A "taxa de retenção e desistência" também não permite saber o que acontece aos jovens de 18 anos que chegam ao final da escolaridade sem o nível de ensino previsto.

**O relatório panorâmico categorizado de "Demografia e Educação" considera positivo o aumento da qualificação da população nas últimas décadas, mas os auditores detetaram problemas no sistema, que reclamam medidas apropriadas.**



Este documento deixa também alertas e críticas às políticas públicas utilizadas para combater o abandono escolar, referindo o facto de “não existir um mapeamento, com detalhe nacional, regional e local, para apoiar e melhor direccionar as intervenções necessárias”, para combater esta situação.

Em Portugal, o abandono escolar envolve múltiplas intervenções em todo o território, e também vários intervenientes, como as escolas, comunidades educativas, áreas governativas distintas, autarquias e parceiros públicos e privados.

As medidas para aumentar o número de diplomados no ensino superior são também analisadas neste texto, com o TdC a referir que as fontes de financiamento envolvem várias entidades, “mas não estão integradas numa estratégia abrangente e articulada, o que limita a eficácia e a eficiência do investimento público de médio e longo prazo”.

Na análise realizada sobre a implementação do ensino à distância, ficaram patentes muitos dos constrangimentos para os quais a FNE tem vindo a alertar desde há muito. De acordo com o TdC, os recursos digitais adquiridos “têm uma vida útil limitada, mas não existe um plano estratégico para a sua substituição, com indicação dos custos previstos e fontes de financiamento”. A isto soma-se o facto do Orçamento de Estado não prever “dotações suficientes, nem apresentar o detalhe apropriado sobre o montante afeto às medidas, comprometendo o princípio da transparência orçamental”.

O documento conclui que as deficiências e insuficiências identificadas nos relatórios “são transversais à generalidade das intervenções e recorrentes ao longo dos últimos anos”, refletindo por isso “fatores de risco que podem atingir a maioria das medidas de políticas públicas a executar com dinheiros nacionais e europeus”. Sendo por isso necessária uma “estratégia na formulação dessas políticas”, que aponte uma visão de médio e longo prazo, “inspire os programas, medidas, projetos e ações em que se materializam e enquadre, de modo coerente, os respetivos planos operacionais”.

O TdC considera que o documento apresentado é “um instrumento prático de aperfeiçoamento da governação do ciclo” das políticas de educação, recordando ainda que as despesas com a educação têm vindo a decrescer, não sendo por isso “uma especial ameaça à sustentabilidade das finanças públicas”. Em 2000, a despesa com educação foi de 4,8% do PIB, tendo descido para 3,9% em 2020, “e estima-se que decresça para 3,8%, em 2030”, mas com o risco de, precisamente “em virtude do persistente declínio populacional, o financiamento público se desviar para outras áreas críticas, em desfavor da educação”.

**Em Portugal, o abandono escolar envolve múltiplas intervenções em todo o território, e também vários intervenientes, como as escolas, comunidades educativas, áreas governativas distintas, autarquias e parceiros públicos e privados.**



# JORGE ASCENÇÃO, PRESIDENTE DA CONFAP: A PERSPETIVA COLABORATIVA É O MEU GRANDE LEGADO

**Jorge Ascensão, 53 anos, Presidente da CONFAP (Conselho Executivo da Confederação Nacional das Associações de Pais) desde 2013, esteve à conversa com o Jornal FNE para falar sobre os problemas, conquistas e desafios de futuro que as Associações de Pais vivem no atual contexto da Educação portuguesa.**



**JORNAL FNE (JF) - AS CRIANÇAS PASSAM CADA VEZ MAIS TEMPO NA ESCOLA. QUE MEDIDAS SE DEVEM APLICAR PARA GARANTIR QUE PASSEM ESSE TEMPO COM QUALIDADE?**

**Jorge Ascensão (JA)** - Aquilo que vimos a defender já há muito tempo e que a legislação sobre a flexibilização poderia permitir, se houvesse de facto essas condições. Há muito que dizemos que o problema não é o tempo que as crianças passam na escola. E o estar na escola desejamos nós que não signifique estar em sala de aula. Queremos que sejam coisas diferentes. Por isso é necessário ter profissionais de várias áreas a trabalhar com as crianças em várias valências e depois que os próprios espaços também sejam flexíveis, que se transformem.

Cada escola, no âmbito da sua autonomia, com a sua organização de pais, deve continuar a insistir e a fazer o seu magistério de influência para que o Governo coloque os equipamentos que permitam transformar espaços educativos em espaços

de qualidade, onde todos se sintam bem. Mas isto depende muito dos territórios e é por isso que defendemos que a autonomia pode ter alguma importância. Na cidade pode ser complicado mobilizar a escola para outro local, mas em zonas menos populosas pode ser mais acessível sair da escola mais tempo; ainda ao cuidado do sistema educativo. Repare que digo - de forma intencional - sistema educativo. Porque o melhor sistema é que pode complementar a educação com a família, realizando atividades diversas, em espaços diversos.

Não sendo tal possível, temos que ter um espaço inovador, que se transforme com as circunstâncias. Sabemos que não é fácil. Mas é por isto que temos defendido a escola não apenas no sentido de aula, mas no sentido de disponibilização de profissionais habilitados e competentes e de um equipamento que ajudem melhor os nossos filhos a desenvolver melhor as suas competências e a sua personalidade.

### JF - FALOU DA DIFERENÇA ENTRE ESCOLA E SALA DE AULA. O QUE AS DISTINGUE?

**JA** - Podemos dividir em duas dimensões: se estivermos a falar da escola como edifício físico estamos a falar de uma escola onde a sala de aula se integra. Portanto, convinha até que fosse com mais espaço ao ar livre e no recreio, pois na grande maioria das nossas escolas o espaço ao ar livre é muito maior que o ocupado pelas salas de aula. Mas percebe-se que as crianças ao estar na sala de aula estão limitadas na sua liberdade de expressão verbal e corporal e depois notaremos a alegria quando vão para o recreio.

A escola é este espaço multifuncional com um conjunto de atividades e interações múltiplas. E a sala de aula, infelizmente, ainda é muito um espaço onde esta interação não existe, onde há regras em que cada um está no seu lugar sossegado e calado, mas devo dizer que existem exceções a este registo. Mas a diferença é essa: a sala tem um conjunto de regras que é limitador da nossa forma de estar. Numa conferência recente, até ouvi uma expressão em que é comparada a um autocarro: todos vão sentados a ver as costas dos outros, e a diferença é que o motorista não está virado para os passageiros. Já a Escola também tem estes momentos, mas é mais do que isto. Mas o que temos vindo a trabalhar todos juntos, com a FNE, com diretores, mas que é muito difícil pôr em prática, é uma Escola para lá dos muros. E essa escola pode existir no sentido que educa o ser enquanto pessoa e isso envolve-nos a todos. Mas esta é uma escola de âmbito mais lato. Para nós, a Escola não pode ser confundida nem com o professor, nem com sala de aula. Precisamos de um investimento na multidisciplinariedade de competências para poder trabalhar todo o tempo que os alunos passam no espaço escolar.

### JF - QUANDO FOI REELEITO COMO PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO DA CONFAP DISSE QUE "A CRIANÇA TEM QUE SER O CENTRO E O FOCO DA EDUCAÇÃO, SEMPRE!". ACHA QUE ESSE OBJETIVO TEM SIDO CUMPRIDO?

**JA** - Bem, nós vamos evoluindo. Eu não sei se a criança deve ser o centro neste momento. Nesta altura acho que o centro deve ser esta relação que se vai estabelecendo entre a criança e o adulto que partilham o mesmo espaço e tempo, ou seja, não nos podemos apenas centrar na criança, esquecendo o adulto e importância nesta relação. Mas quando falamos do sistema, temos de falar também do professor, do assistente operacional, do psicólogo, de todos os que trabalham com a criança.

Mas, obviamente, até por um aspeto cultural, ainda estamos muito longe de atingir este patamar, porque há todo um conjunto de crenças, convicções instaladas no nosso sistema educativo e há legítimas preocupações dos profissionais que lá trabalham e que se sobrepõem a muitas outras necessidades desse sistema. Depois temos a perspetiva familiar que não pode ser apenas sobre as classificações na escola, mas também a nível social, emocional ou físico. Ainda temos muito esta cultura de que a escola serve para adquirir um conjunto de informação para depois se ter boas avaliações.

Se nos queremos preocupar com a criança, temos de perceber qual o percurso mais adequado. Será que os nossos programas curriculares dão resposta ao que os alunos querem aprender? Não devemos ensinar algo que as crianças não gostam. Só mais à frente é que se faz alguma separação no caminho. Mas de facto a criança, na teoria, é o centro do sistema educativo, mas na prática sabemos que não é e por isso é fundamental a atenção da família. Se a criança fosse o centro, podíamos ter maior flexibilização em termo de número de alunos por turma.

Encaixamos a criança ali e pedimos que ela se adapte. Deviam arranjar os grupos de acordo com o objetivo de melhorar, trabalhar e tirar o melhor de cada um.

E isso só é possível quando se estabelecer metodologias em que esta relação criança-adulto funcione melhor. Essa responsabilidade cabe a todos. Fala-se muito de mudança, mas depois na prática parece que não estamos muito dispostos a mudar. Investimos muito nas infraestruturas, nas tecnologias, mas nós estamos com o objetivo da inclusão, onde todos tenham uma oportunidade não no fim, mas logo no início do percurso escolar.

**Mas o que temos vindo a trabalhar todos juntos, com a FNE, com diretores, mas que é muito difícil pôr em prática, é uma Escola para lá dos muros.**



**JF - HOJE EM DIA OS PAIS ESTÃO CADA VEZ MAIS ATIVOS E PARTICIPATIVOS NAS AÇÕES ESCOLARES. COM ISSO SENTE QUE A ESCOLA VALORIZA CADA VEZ MAIS O PAPEL REPRESENTATIVO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS?**

**JA** - Sim, essa é uma das grandes evoluções que temos verificado ao longo do tempo. Aliás, a nossa relação com a FNE é um exemplo disso. Cada vez mais percebemos que somos instituições que temos o nosso papel, mas temos a capacidade de perceber que existem outras instituições com diferenças e ideias diferentes, e que é em parceria que temos de trabalhar. A pandemia veio dar 'dois bofetões' a todos neste sentido, mas há muito que trabalhamos em parceria com a FNE e com os Diretores da ANDAEP nas Convenções Nacionais, mostrando que o fazemos de forma colaborante. Parecemos em lados opostos, mas pertencemos à mesma equipa, trabalhando todos para o mesmo resultado: uma melhor educação para todos.

Nas convenções FNE, CONFAP e ANDAEP só lamento o facto de o sistema absorver tanto os jovens no estudo que pouco tempo lhes sobra quando pretendemos a sua colaboração. Mas sem dúvida nenhuma que temos mais diretores que nos procuram para ajudar a formar Associações de Pais. E fazia sentido que fosse obrigatório, desde que existam pais que o queiram fazer, a Associação de Pais fazer parte dos órgãos da escola. Hoje há mais noção da importância da Associação de Pais. Dificilmente se vê um membro de uma Associação de Pais criar um problema à escola sem sentido. Este movimento serve para colaborar e exigir, em conjunto com diretores, professores, não docentes, aquilo que a escola precisa. Esta perspectiva colaborativa talvez seja o grande legado dos meus mandatos. Os pais são hoje parceiros das escolas e conseguimos, através desta forma de estar, que as escolas queiram ter uma Associação de Pais, que as ajudem com outros pais, tal como aconteceu agora em certa fase da pandemia em que os pais, em vez de exigirem apenas coisas à escola, refletiram sobre as suas próprias ações, ajudando a construir um espírito colaborativo.

**JF - MAIS UM ANO LETIVO, COM CADA VEZ MAIS FALTA DE PROFESSORES E DE ALUNOS SEM TODAS AS AULAS. QUE PROPOSTAS TEM A CONFAP PARA A FALTA DE PROFESSORES?**

**JA** - Essa é uma questão que já discutimos com a FNE e com outros parceiros com responsabilidades idênticas. Eu acho que é preciso que os sindicatos de professores, provavelmente já o fizeram, pensassem seriamente no que se passa ao nível da contratação e do concurso de professores. Porque este é um problema crónico. E que vai piorar, porque a formação docente está pior, porque há poucos candidatos. Tenho dito aos responsáveis e representantes de professores para não fazer tanto alarido a respeito da profissão docente não ser tão apelativa, afastando os jovens. Mas nós sabemos que a profissão de um operário ou de um enfermeiro é mais difícil. É preciso lutar pela melhoria da condição docente, mas este discurso público de que é uma profissão má e mal paga não ajuda a que os jovens queiram ser professores.

Dito isto, estamos numa situação muito complicada e que precisamos inverter, porque chegamos ao perigo de ter profissionais a fazer docência sem habilitação. E repare, se não existirem docentes habilitados, mas existirem alunos que precisam de professor, não vamos abandonar esses alunos. A CONFAP tem evitado meter-se na questão laboral, mas os representantes dos professores devem pensar em ser fatores de mobilização para a docência. Precisamos mobilizar a juventude para a docência e temos de lhes mostrar que a profissão tem coisas atraentes como autonomia, podem criar o próprio projeto pedagógico, podem estabelecer relação profissional, fatores que são agradáveis.

Aí entra a importância da formação inicial que pode ser enriquecida em alguns aspetos como trabalhar melhor os modelos pedagógicos, a interação ou a gestão de conflitos. Temos de criar uma cultura das vantagens e valor do docente. Em concreto, para nós, nos concursos, preferencialmente, os docentes devem ter a oportunidade de ficar perto de casa. Tudo isto tem a ver com a questão da efetivação. Toda esta questão deve ser repensada. Nos concursos devia-se pensar em aproximar os professores das suas famílias. Onde for necessário haver essa deslocação o Ministério da Educação tem de dar condições. Com rendimento diferente, ajudas de custo, dar condições para que os docentes estejam o melhor possível nas condições emocionais para se dedicarem aos seus alunos.

**Hoje há mais noção da importância da Associação de Pais. Dificilmente se vê um membro de uma Associação de Pais criar um problema à escola sem sentido.**

**Leia a 2ª parte desta entrevista na edição de dezembro**

**Tiago Soares  
Jornal FNE**



# É URGENTE MELHORAR CONDIÇÕES DE ATRATIVIDADE DOCENTE

A profissão docente tem sofrido inúmeras alterações ao longo dos últimos anos, não obstante o seu inegável valor. As mudanças políticas e as consequentes alterações na carreira docente, a falta de ação e de capacidade estratégica do Ministério da Educação para resolução dos problemas que afetam os professores, constituem-se num elemento capaz de desvanecer as expectativas profissionais docentes.

As consequências na profissionalidade docente originam sentimentos de insatisfação e mal-estar nos professores. O desinvestimento no trabalho, o absentismo, a ansiedade, o esgotamento, a autodesvalorização, a alienação perante o ensino e, no limite, o abandono prematuro da profissão, decorrem dessas constantes e recorrentes mudanças.

Um dos motivos de insatisfação generalizada respeita à impossibilidade do atual regime de seleção e recrutamento de docentes promover uma maior estabilidade do corpo docente nas escolas, proporcionando a criação de uma cultura de escola, favorecendo o trabalho de equipa, a colaboração entre docentes e a rentabilização da formação contínua.

O modelo existente tem revelado fragilidades, nomeadamente no que se refere ao contacto dos formandos com a prática ao longo do percurso formativo e aos mecanismos de seleção para garantia da qualidade. Por outro lado, as colocações tardias e distantes dos locais de residência e a consequente falta de professores em determinadas zonas ou grupos de recrutamento levam a uma insuficiência generalizada, já prevista num futuro muito próximo, devido também ao envelhecimento da população docente e previsíveis aposentações.

Os motivos que estão na origem da diminuição da atratividade pela profissão docente e que contribuem para a descida progressiva registada na procura de cursos nas áreas de formação para a docência e para o abandono da profissão por docentes qualificados não podem ser ignorados, nem desvalorizados pelo Ministério da Educação.

São necessárias e urgentes medidas para rejuvenescimento da profissão e a criação de mecanismos que constituam verdadeiros fatores de atratividade dos jovens pela profissão docente.

**Maria José Rangel**  
Vice-Presidente do SDPGL e Vale do Tejo





www.fne.pt

# DIA NACIONAL DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE

20 DE NOVEMBRO DE 2021

Auditório do Centro de Promoção Social do Concelho de Tabuaço  
Rua Dr. Manuel Moutinho

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, COM  
PROFISSIONAIS RECONHECIDOS E VALORIZADOS







# TRABALHADORES NÃO DOCENTES DEBATERAM O CAMINHO PARA A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Foi ao som do fado “Ó Gente Da Minha Terra”, interpretado por Nadine, que se deu início às celebrações do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (DNTND), pelos três sindicatos da FNE, durante todo o dia 20 de novembro de 2011. Dois anos depois da última comemoração presencial desta data, o Auditório do Centro de Promoção Social do Concelho de Tabuaço, Viseu, recebeu a comemoração com o tema “Educação de Qualidade, com Profissionais Reconhecidos e Valorizados”, este ano organizada pelo Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAE-ZN).

A sessão de abertura contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço, Eng<sup>o</sup> Carlos Carvalho, que começou por enaltecer as virtudes do concelho, virando depois o seu discurso para a situação da transferência de poderes para as autarquias. Carlos Carvalho defendeu que “é necessário fazer um esforço para perceber as sensibilidades locais e perceber os desejos destes trabalhadores, para que as nossas escolas os possam tentar cumprir”. Em sua opinião, a proximidade entre a autarquia e os trabalhadores talvez possa melhorar os desafios da transferência de competências.

Na sua intervenção “Que futuro para os trabalhadores não docentes da educação?”, Rita Nogueira, Presidente do STAAE-ZN deixou o alerta: “Não desistimos de trabalhar pela valorização e pelo papel dos sindicatos. Somos trabalhadores fun-

damentais no papel educativo e no funcionamento das escolas. Por isso merecemos ser reconhecidos e valorizados”. A jovem Presidente realçou na sua intervenção a importância de uma condição psicológica saudável, que garanta ao trabalhador ter confiança nas suas capacidades e no seu trabalho: “Mas para alcançar isso é preciso ser-se valorizado. Temos cada vez mais tarefas que promovem stresse, menos apoio e mais precariedade laboral. Por isso, temos de ver estas datas como uma oportunidade para a valorização. Merecemos ser homenageados todos os dias”.

## SIADAP PREJUDICA COLABORAÇÃO

Em seguida, Cristina Ferreira, Presidente do STAAESul e Regiões Autónomas, recordou que o dia oficial do DNTND - 24 de novembro – está ligado à feliz publicação do Decreto-Lei 515/99, dessa mesma data, que aprova o regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior, mas que acabou por ser revogado em 2004: “Julgávamos ser o início de uma carreira valorizada, uma luz ao fundo do túnel, que continha formação inicial e contínua e que proporcionava uma carreira específica. Mas nada passou dali. O diploma nunca foi regulamentado e desapareceu em 2004, deixando uma orfandade. A partir daí tornámo-nos invisíveis. É dramático o que vivemos”.

***Para o Presidente da Câmara de Tabuaço "a proximidade entre a autarquia e os trabalhadores talvez possa melhorar os desafios da transferência de competências".***

A Presidente do STAAESul e RA pegou depois na ideia expressa pelo Presidente da Câmara de Tabuaço relativamente à maior proximidade que a transferência de poderes vai permitir, assumindo que "vamos procurar ter mais valias apostando numa proximidade com as autarquias. Esta pode ser uma janela de oportunidade".

Com a ausência de João Ramalho, Presidente do STAAE Zona Centro, por motivos de saúde, o painel prosseguiu com uma intervenção gravada em vídeo do psicólogo clínico Carlos Peixoto, a propósito da "Saúde psicológica dos trabalhadores não docentes". Carlos Peixoto assumiu que "todas as mudanças que têm existido, juntamente com as incertezas, a precariedade, os trabalhos por turnos, tudo tem um forte impacto na saúde física e psicológica. Todos vivenciam riscos psicossociais, stresse, fadiga, por vezes burnout, com consequências nefastas ao nível mental e psicossomático, manifestando-se no corpo" associando estes fatores a uma "diminuição de produtividade, conflitos, ausências ao trabalho e também ao presentismo, que é o caso de alguém que vai ao trabalho, mas não consegue produzir".

António Ferreira, Técnico Superior da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, abordou os "Desafios e estratégias para o futuro". A designação "Trabalhador Não Docente" é algo que, na sua perspetiva, "desvaloriza as carreiras". Temas como os aumentos salariais e a deficiente eficácia do sistema de avaliação SIADAP foram também destaques nesta intervenção. Sobre o processo de avaliação referiu que "devia ser motivador, mas não é. Por causa do SIADAP temos competição em vez de colaboração. Quais são os benefícios da avaliação por quotas?", questionou.

### **"O NOSSO PAPEL É NUNCA DESISTIR"**

Após um período de debate, coube a João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, encerrar esta comemoração, começando por recordar que o poeta António Gedeão era o patrono dos três STAAE's na FNE. E partindo da premissa exposta na "Pedra Filosofal", de que "o sonho comanda a vida", João Dias da Silva lembrou que "o sonho é algo muito importante. E temos de transportar isso para o desafio da ação sindical".

O Secretário-Geral da FNE trouxe de novo ao de cima a questão da designação destes trabalhadores, reforçando a ideia de que "é preciso arranjar uma designação positiva. Mas também é preciso

dar seguimento às recomendações que o Conselho Nacional de Educação (CNE) vem referindo nos seus relatórios, em que refere que estes trabalhadores não são 'pau para toda a obra'. É preciso é definir um elenco de conteúdos funcionais para sermos reconhecidos? Por isso, a FNE esteve no Ministério junto com os seus STAAE's e entregou à tutela um elenco de propostas", lembrou.

A transferência de competências para as autarquias não podia passar ao lado do discurso final, com Dias da Silva a garantir que "estamos a trabalhar para que se alcance este reconhecimento por parte das autarquias sobre todos os trabalhadores da educação, apresentando uma proposta que permita uma dotação especial de rácios".

Após o seminário "Educação de Qualidade, com Profissionais Reconhecidos e Valorizados" decorreu um almoço para todos os participantes na Quinta dos Magusteiros, seguindo-se uma visita guiada à Aldeia Vinhateira e à Igreja Matriz de Barcos. O final do roteiro ficou marcado para uma apreciação ao Rijomax, na Vila de Tabuaço, considerado o relógio mais completo do mundo.

**A designação "Trabalhador Não Docente" é algo que, na perspetiva de António Ferreira, Técnico Superior da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, "desvaloriza as carreiras".**



# PANDEMIA FAZ SUBIR RISCOS PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS COM O TRABALHO

Um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound), sobre saúde mental durante a pandemia, mostrou que a saúde mental piorou em todos os países da OCDE em 2020, com a maior parte da população a vivenciar experiências de ansiedade e depressão.

Trabalhadores dos setores da saúde e da assistência social estão entre os grupos profissionais que foram mais expostos aos riscos psicossociais nos seus empregos. A conjugação de fatores organizacionais, sociais e económicos, em paralelo com a pandemia, deixou marcas fortes ao nível psicológico.

A falta de pessoal e equipamento de proteção, o conteúdo do trabalho, incluindo turnos irregulares e novas funções, carga de trabalho pesada e longas horas de trabalho contribuíram para o aumento destes riscos.

De acordo com Paula Franklin, pesquisadora sénior do Instituto Sindical Europeu (ETUI) que

dirigiu a investigação, os resultados físicos e psicológicos observados abrangem burnout, ansiedade, depressão, insónia, fadiga ou sintomas de stress pós-traumático.

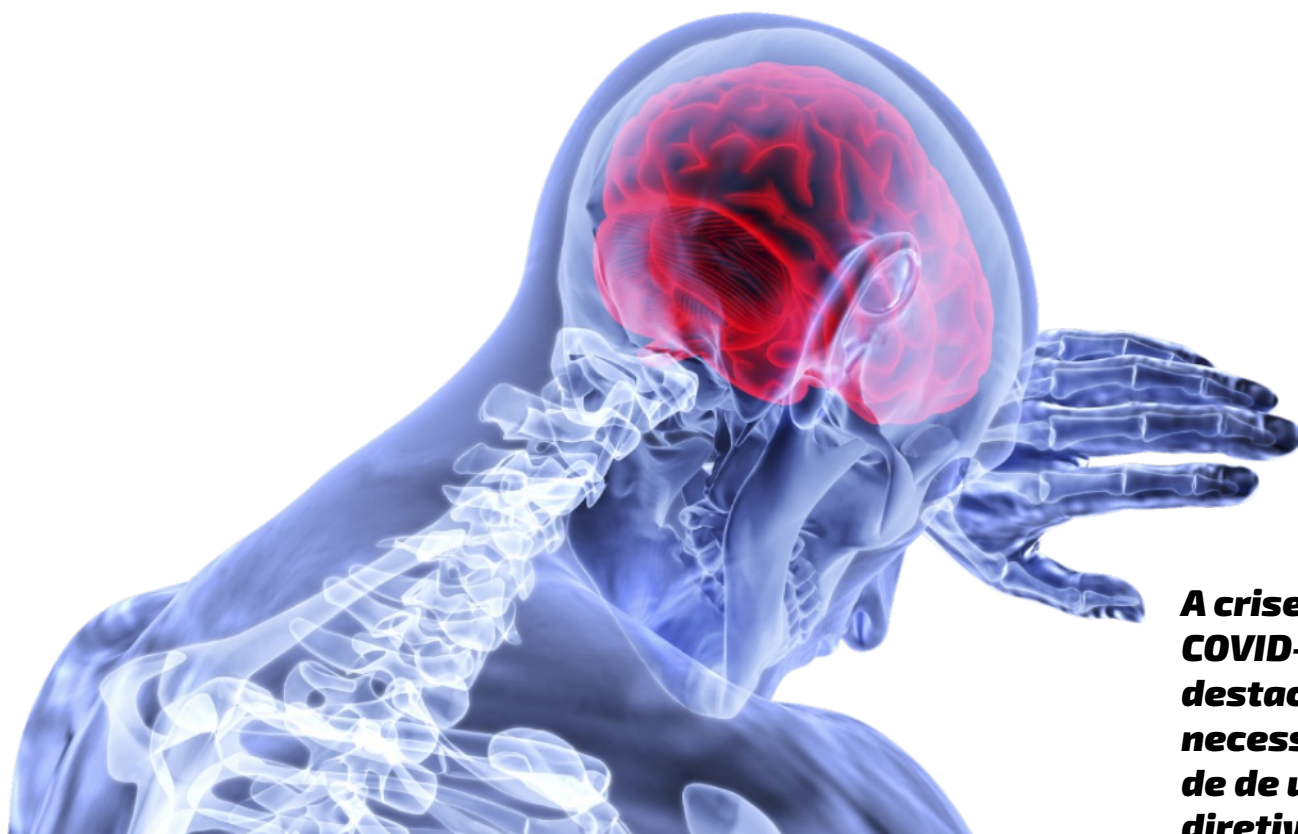
Paula Franklin concluiu ainda que se devem criar medidas adequadas à realidade dos trabalhadores e levá-los a participar na organização de medidas de segurança e saúde ocupacional.

Os riscos psicossociais incluem sentimentos de insegurança relacionados com o trabalho, os rendimentos, os direitos sociais, proteção social, o tempo de trabalho, o futuro do emprego ou empregabilidade e com a falta de justiça.

Há uma ligação clara entre a qualidade do trabalho e a precariedade, assim como entre emprego precário e saúde mental, conforme é explicado por Christophe Vanroelen, professor de sociologia da Universidade de Bruxelas (VUB).

A pandemia afetou profundamente as profissões docentes, caracterizadas por condições de trabalho injustas e baixos salários.





**A crise da COVID-19 destacou a necessidade de uma diretiva europeia com uma definição clara relativa aos riscos psicossociais. A boa notícia é que já existe um rascunho de um relatório do Parlamento Europeu.**

Também perturbou os seus vínculos afetivos devido ao distanciamento e isolamento social. De acordo com Susan Flocken, Diretora do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), mais de metade dos professores experimentou stresse e ansiedade, enquanto cerca de um terço dos professores mostrou sinais de depressão.

Além disso, Hélène Sultan-Taïeb, professora da Universidade de Quebec de Montreal (UQAM) e Isabelle Niedhammer, diretora de pesquisa do Instituto Nacional Francês para Saúde e Pesquisa Médica (INSERM), destacaram que os riscos psicossociais também podem levar a doenças cardiovasculares.

#### **NOVO IMPULSO PARA UMA DIRETIVA DA UE**

A Diretiva Europeia sobre segurança e saúde no trabalho, adotada em 1989, fornece um quadro jurídico com uma abordagem quantificada de riscos. No entanto, segundo Aude Cefaliello, pesquisador do ETUI, a dimensão da saúde mental não é explicitamente abrangida por esta diretiva. Atualmente não há legislação para abordar os riscos psicossociais a nível da União Europeia (EU).

Vários estados membros têm um 'sinal' sobre riscos psicossociais na sua legislação. Ainda assim, a proteção dos trabalhadores permanece desigual.

A crise provocada pela COVID-19 destacou a necessidade de uma diretiva europeia com uma definição clara relativa aos riscos psicossociais.

A boa notícia é que já existe um rascunho de um relatório do Parlamento Europeu, que incentiva melhorias na segurança e saúde dos trabalhadores no trabalho para a avaliação prática e gestão dos riscos psicossociais, facilitando agora o caminho para uma legislação adequada.

‘Os sindicatos devem repetir a necessidade de uma lei’, disse Nina Hedegaard Nielsen, consultora em saúde e segurança ocupacional no sindicato dinamarquês FH.

À luz desta perspectiva, os sindicatos lançaram uma campanha para uma lei da UE que combata o stresse relacionado com o trabalho, no meio de uma crise de saúde mental agravado por vários confinamentos.

# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE OUTUBRO A 25 DE NOVEMBRO DE 2021

[Resolução da Assembleia da República nº 262/2021-DR nº 208/2021](#)  
[Série I de 2021-10-26](#)

*Assembleia da República*

Recomenda a instalação de desfibriladores automáticos externos (DAE) em todos os recintos desportivos e escolas e o reforço da formação em suporte básico de vida.

[Despacho nº 10549/2021](#)  
[DR nº 209/2021, Série II de 2021-10-27](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*

Prorroga o prazo de matrícula e inscrição nas instituições de ensino superior dos candidatos colocados através dos regimes especiais, identificado nas referências 4 e 9 do calendário aprovado em anexo ao Despacho nº 6423/2021, publicado no DR, 2.ª série, nº 125, de 30 de junho de 2021.

[Portaria nº 229-A/2021](#)  
[DR nº 210/2021, 1.º Suplemento](#)  
[Série I de 2021-10-28](#)

*Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação Regulamenta a tramitação dos procedimentos concursais de recrutamento e seleção dos cargos de direção das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação.*

[Resolução do Conselho de Ministros nº 142-A/2021-DR nº 211/2021](#)  
[2.º Suplemento, Série I de 2021-10-29](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera as medidas no âmbito da situação de alerta.

[Decreto-Lei nº 88/2021](#)

[DR nº 213/2021, Série I de 2021-11-03](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Desenvolve o sistema de autenticação eletrónica dos cidadãos «Chave Móvel Digital».

[Despacho nº 10880/2021](#)  
[DR nº 216/2021, Série I de 2021-11-08](#)

*Educação - Direção-Geral da Educação*

Lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares para o ano de 2021.

[Resolução da Assembleia da República nº 286/2021-DR nº 219/2021](#)  
[Série I de 2021-11-11](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo que garanta o direito inalienável das crianças à presença de figura significativa nos momentos de transição dos contextos educativos.

[Resolução da Assembleia da República nº 292/2021-DR nº 223/2021](#)  
[Série I de 2021-11-17](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo medidas urgentes para ultrapassar as dificuldades na formação dirigida a pessoas com deficiência e incapacidade, no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.





[Portaria nº 255/2021](#)

[DR nº 223/2021, Série I de 2021-11-17](#)

*Educação*

Movimento Anual da Rede Escolar que identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2021-2022.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)

[nº 153-A/2021DR nº 224/2021](#)

[2º Suplemento, Série I de 2021-11-18](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Autoriza a realização de despesa com a aquisição de serviços de conectividade para utilização de recursos didáticos e educativos digitais nas escolas.

[Despacho nº 11427/2021](#)

[DR nº 225/2021, Série II de 2021-11-19](#)

*Modernização do Estado e da Administração Pública, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes da Ministra da Modernização do Estado e da Administra-*

*ção Pública e dos Secretários de Estado Adjunto e da Educação e Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional*  
Cria o Centro Qualifica AP para a Administração Local.

[Portaria nº 643-A/2021](#)

[DR nº 226/2021, 1º Suplemento](#)

[Série II de 2021-11-22](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*

Autoriza a Secretaria-Geral da Educação e Ciência (SGEC) a assumir encargos plurianuais com a aquisição de computadores de secretária (desktop computers), para dotar os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas de meios de computação adequados às necessidades administrativas e de gestão.

[Despacho nº 11554/2021](#)

[DR nº 227/2021, Série II de 2021-11-23](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*  
Homologa a eleição da presidente do Instituto Politécnico de Beja.

## Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne

Boas Festas e um  
Bom Ano Novo de 2022



*Depois dos desafios tão difíceis que temos vindo a enfrentar, é tempo de desejar que o novo ano de 2022 possa constituir a oportunidade para o início da concretização de uma sociedade mais justa, sem precariedades, em solidariedade, saúde, segurança e bem-estar.*